

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÉSSICA DELABARI DE LIMA

TEMAS DE INTERESSE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NAS POLÍTICAS
EXTERNAS DE BRASIL E MÉXICO

PORTO ALEGRE

2015

JÉSSICA DELABARI DE LIMA

TEMAS DE INTERESSE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NAS POLÍTICAS
EXTERNAS DE BRASIL E MÉXICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

PORTO ALEGRE

2015

JÉSSICA DELABARI DE LIMA

TEMAS DE INTERESSE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NAS POLÍTICAS
EXTERNAS DE BRASIL E MÉXICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Aprovado em 1º de julho de 2015.

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

UFRGS

Prof^ª. Dra. Sônia Maria Raninchesk

UFRGS

PORTO ALEGRE

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, e especialmente à minha mãe, Estela Maris, que percorreu este caminho ao meu lado. Obrigada por ser o exemplo de mulher que tu és, pelo teu amor e pelo teu apoio a cada passo. Ao Alex Muñoz, pelo apoio e compreensão nas horas difíceis, e pelo companheirismo que atravessa o oceano. Aos meus amigos, sempre presentes de uma maneira ou de outra, agradeço o apoio ao longo de todos esses anos, em especial ao Diogo Ives, Giovani Roggia, Grazi Milkewicz, Patrícia Goulart Pinheiro, Daniel Andres, Luis Serrano e Isadora Coutinho.

Aos professores e funcionários da UFRGS, pela sua dedicação. À Fabiana Westphalen, sempre disposta a nos ajudar. Ao professor Luiz Augusto Estrella Faria, que me deu a minha primeira oportunidade na iniciação científica, por seus ensinamentos e por me encorajar nas pesquisas sobre o nosso continente sul-americano. E um agradecimento especial ao meu orientador, professor Henrique Carlos de Castro, por ser essa pessoa tão especial que chegou nas RI na hora certa. Obrigada por todos os conselhos, puxões de orelha, conversas, paciência e dedicação.

Sem o apoio de todas estas pessoas, concluir esta etapa não seria possível. Para vocês, todo o meu agradecimento.

Entre los individuos, como entre las Naciones, el respeto al derecho ajeno es la paz.

Benito Juárez, 1867.

RESUMO

Brasil e México são considerados países emergentes e potências regionais do continente latino-americano. Apesar de nunca terem tido uma relação muito próxima, as políticas externas destes dois países são de extrema relevância para a dinâmica e a concertação política no continente americano como um todo. Este trabalho procura analisar as políticas externas do Brasil e do México em relação a temas de interesse para os Estados Unidos e busca identificar as diferenças e semelhanças entre os posicionamentos dos dois países. Ademais, tem como objetivo verificar se a retórica brasileira de política externa "ativa e altiva" se revela em situações concretas, assim como verificar se a política externa mexicana é realmente alinhada aos interesses dos Estados Unidos. O foco do estudo é a partir dos anos 2000, pois é durante esse período que ocorrem importantes mudanças no perfil de política externa brasileiro e mexicano, com a chegada de novos governos em ambos países.

Palavras-chave: Brasil; México; Estados Unidos; Política externa.

ABSTRACT

Brazil and Mexico are considered emerging countries and regional powers of the Latin-American continent. Despite they never have had a very close relationship, the foreign policies of these countries are very important for the dynamics and political consultation in the Americas as a whole. This paper analyzes the foreign policies of Brazil and Mexico on issues of interest to the United States and seeks to identify the differences and similarities between the positions of the two countries. Furthermore, it aims to verify if the Brazilian rhetoric of an "active and valiant" foreign policy is revealed in specific situations, as well as verify if the Mexican foreign policy is actually aligned with US interests. The focus of the study is from the 2000s, because it is during this period that major changes occur in the Brazilian and Mexican foreign policy profiles, with the arrival of new governments in both countries.

Key words: Brazil; Mexico; United States; Foreign policy.

RESUMEN

Brasil y México son considerados países emergentes y potencias regionales del continente latinoamericano. A pesar de que nunca han tenido una relación muy cercana, las políticas exteriores de estos dos países son muy importante para la dinámica y la concertación política en el continente americano como un todo. Este trabajo busca analizarlas políticas exteriores de Brasil y de México en relación a temas de interés para los Estados Unidos y busca identificar las diferencias y similitudes entre las posiciones de los dos países. Además, tiene como objetivo verificar si la retórica brasileña de política exterior "activa y altiva" se revela en situaciones concretas, así como verificar si la política exterior mexicana es realmente alineada a los intereses de los Estados Unidos. El enfoque del estudio es a partir de los años 2000, pues es durante ese periodo que suceden importantes cambios en el perfil de la política exterior brasileña y mexicana, con la llegada de nuevos gobiernos en ambos países.

Palabras-clave: Brasil; México; Estados Unidos; Política exterior.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A QUESTÃO DA GUERRA NO IRAQUE	12
3 A QUESTÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS	17
4 A QUESTÃO DAS RELAÇÕES COM CUBA	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6 REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Brasil e México nunca tiveram uma relação próxima. Apesar de serem os dois maiores países da América Latina em termos de economia e de população, Brasil e México sempre estiveram voltados cada um para o seu entorno regional mais próximo. Os dois são chamados de países emergentes e são peças fundamentais no continente latino-americano. O México, que geograficamente faz parte da América do Norte, mas que culturalmente se identifica com a América Latina, mantém laços profundos de interdependência com o seu vizinho do norte, os Estados Unidos, e grande parte de sua política externa é voltada para a manutenção e desenvolvimento dessa relação bilateral. Já o Brasil, um gigante da América do Sul - apesar de ser o único país de língua portuguesa da região - vem mantendo laços estreitos com os países sul-americanos, principalmente com os países do chamado Cone Sul - Argentina, Paraguai e Uruguai - e uma relação estável e cordial com os Estados Unidos. Entretanto, nem sempre o Brasil manteve uma boa relação com os países vizinhos, em épocas passadas o que reinava no sul do continente era um clima de desconfiança mútua entre os países, cenário que foi mudando a partir do final dos anos 1990 e ganhou ênfase nos anos 2000. E o México, da mesma forma, nem sempre apresentou um alinhamento tão próximo aos Estados Unidos, como se verá mais adiante, especialmente durante a década de 1970.

O objetivo deste trabalho é analisar as posições de política externa do Brasil e do México em relação a temas de interesse para os Estados Unidos. O trabalho se propõe a identificar se a política externa "ativa e altiva" levada a cabo pelo Brasil na última década, vem sendo realmente aplicada em questões concretas e, portanto, se o país consegue manter uma política externa independente no âmbito continental, neste caso, em temas de interesse dos Estados Unidos. E ao mesmo tempo, identificar se a política externa mexicana é alinhada ou não aos interesses dos Estados Unidos, devido à sua proximidade e relação de interdependência extrema - sendo exemplos dessa interdependência (ou dependência) a questão da migração mexicana e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, em Inglês).

É imprescindível estudar e analisar o comportamento das políticas externas do Brasil e do México, para que seja possível uma maior compreensão das dinâmicas da América Latina, assim como para alcançar maior concertação política no continente. Os dois países constituem atores fundamentais para a região latino-americana, mas não apenas para a mesma, sendo também de extrema importância para a política norte-americana, que enxerga as Américas

como sua área de influência direta. Em razão disto, torna-se importante um estudo mais aprofundado acerca de como os dois países se posicionam frente a temas de interesse dos Estados Unidos, pois a dinâmica que se desenvolve entre os três países tem a capacidade de influenciar fortemente o continente americano como um todo, e particularmente, influenciar os países em questão, Brasil e México.

Através da análise de discursos oficiais de autoridades brasileiras e mexicanas, de documentos oficiais, de fontes bibliográficas produzidas nos dois países e de sítios de notícias diversos, busca-se analisar como o Brasil e o México atuaram e se posicionaram nos temas estudados no presente trabalho. A escolha dos três temas presentes no trabalho foi baseada em três requisitos: primeiramente, o tema deveria ser de importância para a política dos Estados Unidos; em segundo lugar, deveria também ser significativo tanto para o Brasil como para o México, e que os dois tivessem participado de maneira razoavelmente ativa; e por último, deveria haver material de pesquisa e fontes disponíveis para a investigação dos temas. O foco temporal da análise é partir dos anos 2000 até a atualidade, devido a mudanças importantes que ocorreram nos três países, com a chegada de novos presidentes e novos partidos aos respectivos governos. Nos Estados Unidos, em 2001, o Partido Republicano volta ao poder, com a eleição de George W. Bush. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) consegue chegar ao governo do país por primeira vez, em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, representando uma guinada da centro-esquerda no país. E no México, após mais de 70 anos de governos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), em 2000 chega à presidência Vicente Fox Quesada, do Partido Acción Nacional (PAN), com o objetivo particular de se diferenciar da política realizada até então pelo PRI.

O presente trabalho apresenta-se da seguinte forma. O capítulo 2 versará sobre a questão da Guerra no Iraque e quais foram as posições adotadas por Brasil e México em relação ao assunto. No capítulo 3, será abordado o tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e como Brasil e México atuaram a respeito de tal questão. O capítulo 4 tratará sobre a questão das relações com Cuba e como se dão as políticas externas de Brasil e México para com o país caribenho. No capítulo 5, por fim, serão apresentadas as considerações finais acerca do tema estudado no trabalho.

1 A QUESTÃO DA GUERRA NO IRAQUE

A questão da Guerra no Iraque foi desencadeada a partir do dia 11 de setembro de 2001, quando ocorreu o atentado realizado pela Al-Qaeda às Torres Gêmeas do World Trade Center, ao Pentágono e à sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Desde essa data, os Estados Unidos iniciaram uma cruzada internacional contra o terrorismo e formaram uma coalizão militar a fim de invadir o Iraque, alegando que o país estaria desenvolvendo armas de destruição em massa, que ameaçariam a segurança internacional, e que Saddam Hussein teria ligações com a Al-Qaeda¹. A guerra começou oficialmente no dia 20 de março de 2003, quando a coalizão liderada pelos Estados Unidos - que também contava com forças de países como Reino Unido, Austrália, Dinamarca, Polônia, entre outros - invadiu o Iraque e ocupou o país. O objetivo era restabelecer a ordem no país e garantir um governo democrático; porém, a instabilidade apenas aumentou, levando a uma guerra civil no país entre os iraquianos sunitas e os iraquianos xiitas e à perda de milhares de vidas e violações diárias de Direitos Humanos durante anos, dado que apenas em 2011 os Estados Unidos anunciaram a saída das suas tropas do território iraquiano e o fim da guerra.² (WIKIPEDIA).

A partir de 2001, portanto, a guerra ao terrorismo se tornou o objetivo número um da política externa estadunidense. O tema se revelou desde então, e segue sendo até hoje, de extrema importância para o país e sua segurança interna, assim como para assegurar seus interesses externos. Com a guerra ao terrorismo como nova prioridade a partir do início do milênio, alguns outros assuntos e países que concernem à política externa dos Estados Unidos acabaram ficando em segundo plano, como viria a ser o caso do México.

Logo após a eleição de Vicente Fox, do Partido Acción Nacional (PAN), como presidente do México, em 2000, era previsto que as relações do país com os Estados Unidos melhorassem substancialmente, já que os dois países contavam, à época, com governos conservadores e de direita, e o México, após 71 anos sendo governado pelo mesmo partido, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), ganhava no cenário internacional um aumento de prestígio e também um bônus democrático, que lhe possibilitava maior capacidade de negociação internacional, especialmente frente aos Estados Unidos. Os dois presidentes haviam declarado um ao outro como prioridade nas relações exteriores e isso se confirmava

¹ Cabe atentar ao fato que os Estados Unidos utilizaram, à época, o medo e o combate ao terrorismo como desculpa para legitimar a invasão e a guerra no Iraque, porém os verdadeiros motivos eram econômicos e por controle da região em função do petróleo.

² Apesar disso, a violência continua presente no país em função da presença de grupos extremistas internos.

até então, com visitas presidenciais realizadas muito prontamente às eleições de ambos os presidentes e com a relação estreita que apresentavam. (FLORES, 2008).

O México, que se encontrava em um contexto muito favorável interna e externamente, vinha com uma agenda de política externa relativamente renovada, com ênfase na defesa da democracia e dos direitos humanos no sistema internacional. No âmbito das relações com os Estados Unidos, o México também queria aproveitar o bom momento político que vivia para pôr em pauta na agenda bilateral os temas que eram de seu interesse, sendo a migração o principal deles. No âmbito multilateral, o México expressou sua vontade de integrar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) como membro não-permanente para o período de 2002-2003, o que condizia com o novo momento político vivido no país, já que durante duas décadas - sob o governo do PRI - optou por se manter afastado do Conselho de Segurança desde 1981, ano de sua última participação. O México competia pelo assento latino-americano no Conselho de Segurança contra a República Dominicana, e acabou ganhando com 138 votos a favor de sua candidatura. (TOSCA & VALENCIA, 2012).

Entretanto, as relações do México com os Estados Unidos sofreram um grande revés em função do atentado de 11 de setembro de 2001. Os Estados Unidos voltaram sua atenção completamente para a guerra ao terrorismo e deixaram o vizinho do sul em segundo plano, afastando, assim, os planos mexicanos de um acordo migratório. E foi nesse cenário - muito diferente do anterior, no qual o México iniciou sua candidatura - que o México iniciou seu período no Conselho de Segurança da ONU, um cenário dominado pela guerra ao terrorismo. Os Estados Unidos, naquele momento, buscaram o respaldo do Conselho de Segurança para invadir o Iraque, utilizando o argumento que Saddam Hussein estaria conectado aos ataques de 11 de setembro e possuiria armas de destruição massiva em seu país. O México, portanto, acabou enfrentando uma das situações mais complicadas em termos de política externa para o país³: tinha que decidir-se entre apoiar a resolução proposta pelos Estados Unidos - e ir contra a sua tradição de política externa pacífica e não-intervencionista, e enfrentar a opinião interna que era massivamente contra o apoio ao início de uma guerra - ou ir contra a resolução do seu maior aliado - mantendo sua política externa independente das ações e vontades dos Estados

³ A contradição da posição mexicana na questão da invasão ao Iraque pode também ter suas raízes dentro da política interna do país, dado que no gabinete presidencial de Fox havia divergências entre as posições do Secretário de Relações Exteriores, que à época ainda era Jorge Castañeda, e do Secretário de "Gobernación", Santiago Creel. Castañeda era a favor do apoio aos Estados Unidos e Creel apoiava uma política mais moderada, para não causar alvoroço internamente. (MILLÁN, Daniel. 2003. "Prevén represalias si no hay apoyo a EU", en Reforma, 13 de febrero, México. Apud TOSCA & VALENCIA, 2012).

Unidos - e arcar com as consequências que isso poderia acarretar na sua relação bilateral com o país. (TOSCA & VALENCIA, 2012).

A diplomacia mexicana, em um primeiro momento, não apoiou a resolução proposta pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança da ONU para invadir o Iraque, mantendo, assim, suas diretrizes tradicionais de política externa baseadas no Direito Internacional. Porém, em segunda instância, acabou voltando atrás e mudando sua posição:

[...] Posteriormente, legitimou dita invasão ao aprovar a resolução que autorizou a Coalizão da Autoridade Provisional no Iraque, encabeçada pelos Estados Unidos. Isso lhe produziu benefícios e custos, porque ganhou respeito interno e internacional, se desentendeu com o governo de George Bush y no fim resultou incongruente, ao aceitar que os países invasores “governassem” e explorassem o petróleo do Iraque. (TOSCA & VALENCIA, 2012, p. 127, tradução nossa)⁴.

Fica, portanto, evidente a mudança de atitude da diplomacia mexicana, que depois de se posicionar contra a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, voltou atrás e ajudou a legitimar dita invasão, indo contra os princípios de política externa que pregava há décadas, contra a opinião pública mexicana e também contra a nova bandeira levantada por Vicente Fox de defesa dos Direitos Humanos.

Em relação à posição do Brasil a respeito da invasão dos Estados Unidos ao Iraque, podemos analisar declarações brasileiras, em diversas oportunidades, que deixam claro uma distinção do posicionamento brasileiro em comparação à posição final mexicana a respeito do conflito. Antes mesmo do início oficial da invasão, em 18 de março de 2003, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista, deixava claro o posicionamento do país e sua reprovação quanto à atitude dos Estados Unidos de desrespeitar as normas da ONU e afirmava categoricamente que a atitude do Governo Bush não teria legitimidade internacional:

Jornalista: E a paz, Presidente?

Presidente: Nós achamos que a paz é uma condição necessária para a humanidade conseguir evoluir. Acho que o pronunciamento do Presidente Bush, ontem, foi muito forte porque, na minha opinião, desrespeita a ONU; na minha opinião, não leva em conta o Conselho de Segurança, não leva em conta o que pensa o restante do mundo. E eu acho que isso é grave. É grave para o futuro da ONU, que é uma referência de comportamento das nações do mundo inteiro. De qualquer forma, como sou otimista, ainda fico imaginando que aconteça alguma coisa nessas próximas 24 horas.

Jornalista: Essa declaração de guerra tem legitimidade internacional, Presidente?

⁴ No original: [...] Posteriormente, legitimó dicha invasión al aprobar la resolución que autorizó a la Coalición de la Autoridad Provisional en Irak, encabezada por Estados Unidos. Esto le produjo beneficios y costes, porque ganó respeto interno e internacional, se enemistó con el gobierno de George Bush y al final resultó incongruente, al aceptar que los países invasores “gobernaran” y explotaran el petróleo de Irak.

Presidente: Eu acho que não tem. Quer dizer, o Governo americano está transformando a guerra num problema eminentemente americano. Todos nós queremos que o Iraque não tenha armas atômicas, que não tenha armas de extermínio em massa, todos nós queremos que o mundo viva em paz. Agora, isso não dá o direito aos Estados Unidos de sozinhos, decidirem o que é bom e o que é ruim para o mundo.
 Jornalista: Obrigado, Presidente. (BRASIL, 2003).

Em outra ocasião, em 28 de janeiro de 2003, em entrevista coletiva em conjunto com o ex-presidente da França, Jacques Chirac⁵, o ex-presidente Lula enfatizou que apesar de lamentar o atentado do 11 de setembro e o sofrimento do povo estadunidense, qualquer reação deveria ser feita dentro do marco da das Nações Unidas:

Presidente Lula: [...] Olha, eu disse ao presidente Chirac que a posição do Brasil é muito clara, embora todos nós sejamos muito, eu diria, solidários ao sofrimento do povo americano em função dos atentados de 11 de setembro. Entretanto, se nós quisermos que a democracia prevaleça no mundo e que as instituições multilaterais, criadas pro nós mesmos, sejam respeitadas, nada deverá ser feito fora do marco do Conselho de Segurança da ONU. E, ainda que os inspetores tenham dúvidas em relação ao que encontraram ou ao que falta encontrar no Iraque, o que nós precisamos, neste momento, é de muita cautela, de muita tranquilidade, garantir que os inspetores façam as investigações corretas porque eu penso que um ser humano qualquer pode cometer uma loucura qualquer, mas o Estado não pode cometer, por isso nós temos que pensar melhor. (BRASIL, 2003b).

Ademais, o ex-presidente Lula, no dia 20 de março de 2003, data da invasão dos Estados Unidos e seus aliados ao Iraque, fez um pronunciamento oficial à nação sobre o início da luta armada no Iraque, deixando claro o posicionamento brasileiro no conflito:

Eu quero me dirigir a vocês, da imprensa brasileira e ao povo brasileiro, para lamentar o início da ação armada no Iraque e, em particular, o recurso à força e sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desde que assumi a Presidência, tomei uma série de iniciativas em busca de uma solução pacífica para a crise, com o pleno cumprimento, pelo Iraque, das resoluções do Conselho de Segurança.

Nesse sentido, conversei, pessoalmente e por telefone, com vários líderes e governantes do mundo. Até o último momento, estive empenhado em buscar uma solução negociada. Com este objetivo, fiz repetidos contatos com o Secretário-Geral das Nações Unidas. Da nossa parte, a diplomacia brasileira e eu, pessoalmente, fizemos todo o possível para que o conflito fosse evitado.

Diante do início da guerra, preocupa-nos o sofrimento de inocentes, cujas vidas devem ser preservadas. Faço um apelo para que sejam respeitadas as normas do Direito Internacional Humanitário, principalmente no que se refere à proteção das populações civis e dos refugiados.

Inquietam-nos também repercussões regionais e internacionais do conflito. Não queremos ver o agravamento da instabilidade no Oriente Médio, região de onde descendem milhões de brasileiros e brasileiras e à qual nos unem laços de amizade e cooperação.

Todos precisamos de estabilidade e de paz, para levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social.

Estamos tomando todas as providências para que o povo brasileiro não sofra com os efeitos da guerra. Estamos cuidando do abastecimento, da saúde, da vigilância de nossas fronteiras, e do apoio aos brasileiros, que vivem na região afetada pelo

⁵ A França também se posicionava contra a invasão dos Estados Unidos ao Iraque sem o respaldo da ONU.

conflito.

Estou certo de que, com todas essas atitudes, interpreto o sentimento do povo brasileiro, que deseja viver num mundo pacífico, em que as normas do direito internacional sejam plenamente respeitadas.

Obrigado. (BRASIL, 2003c).

E, por fim, em seu discurso de abertura da 58ª Assembleia Geral da ONU, no dia 23 de setembro de 2003, Lula afirmou diante de todos os membros da organização a posição brasileira a respeito do que estava ocorrendo no Iraque:

Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro. Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado. Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política.

Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambigüidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar – por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra e buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco.

Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da história e a luz da razão. (BRASIL, 2003d).

Portanto, é possível perceber uma clara diferença de posicionamento entre Brasil e México na questão da guerra no Iraque e da invasão dos Estados Unidos ao país sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil seguiu sua tradição de política externa de não-intervenção, e de uma busca de resolução de conflitos de forma pacífica através de organismos multilaterais, mantendo, assim, sua independência em matéria de política externa. Já o México, na condição, à época, de membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, tratou no início de se posicionar também contra a resolução proposta pelos Estados Unidos para invadir o Iraque. Entretanto, posteriormente acabou mudando sua posição e legitimou a presença estadunidense no Iraque, demonstrando inconsistência e, em última instância, subserviência às vontades do seu vizinho norte-americano.

2 A QUESTÃO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é uma ideia que surge em 1994, durante a realização da Cúpula das Américas, em Miami, Estados Unidos. A ALCA, ideia lançada pelos Estados Unidos, consistiria em uma área de livre comércio formada pelos 34 países do continente americano, exceto Cuba⁶, cujo objetivo seria o de eliminar progressivamente barreiras alfandegárias, ao comércio e ao investimento. As negociações referentes ao acordo deveriam ser concluídas até 2005 e, na Cúpula das Américas, fase inicial do desenvolvimento das negociações, foram assinados, portanto, a Declaração de Princípios e o Plano de Ação da ALCA. (BRASIL).

De 1994 a 1998 aconteceram quatro reuniões ministeriais como fase preparatória, com o objetivo de definir os enfoques das negociações. O lançamento oficial das negociações foi feito em 1998, durante a II Cúpula das Américas, em Santiago, Chile, quando foi definida a estrutura sob a qual as negociações seriam conduzidas. Na III Cúpula das Américas, realizada em abril de 2001, na Cidade de Quebec, Canadá, os Chefes de Estado e de Governo decidiram tornar pública a minuta do Acordo da ALCA e propuseram prazos para a implementação e conclusão do Acordo da ALCA, buscando a sua entrada em vigor até o final de 2005. (ALCA).

Em razão de que um terço das lideranças dos 34 países participantes da ALCA já havia sido mudado desde a III Cúpula das Américas, em 2001, foi realizada em janeiro de 2004, a Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey, México. Neste encontro, foi assinada a Declaração de Nuevo León, documento que fazia uma pequena alusão à ALCA, porém com ressalvas da Venezuela. (AMERICAS, 2004). Neste momento, já começava a notar-se a diferença de posicionamento em relação à ALCA de Brasil e México.

No discurso da Cúpula Extraordinária das Américas feito pelo ex-presidente Lula, percebe-se que o Brasil escolheu sobre a ALCA, e deu enfoque a outras questões, como a redução das desigualdades e a distribuição de renda como forma de desenvolvimento dos países latino-americanos, assim como optou por enfatizar a integração sul-americana:

[...] Nossos desafios são o de articular expansão e eficiência produtivas com distribuição de renda e o de conjugar responsabilidade fiscal com crescimento sustentável. Com isso obtém-se redução das desigualdades, superando as dicotomias nefastas dos anos 90. Chegou a hora de resgatar e afirmar, de uma vez por todas, a

⁶ Cuba deixou de ser membro da OEAEM 1962 por pressão dos Estados Unidos.

primazia do interesse coletivo e da coisa pública nas Américas. Cabe ao Estado, em diálogo com a sociedade, traçar políticas para reduzir o fosso entre opulência e miséria. Devemos trabalhar com um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição de renda não é mera consequência do crescimento, mas sua alavanca fundamental.[...] E estou otimista porque a nossa relação com a América do Sul, quem sabe, seja a melhor de toda a nossa História e porque, nos próximos três anos, certamente, não só estaremos consolidando o Mercosul, com a participação de toda a América do Sul e de países da América Latina, mas porque, nos próximos três anos, se Deus ajudar e não houver nenhuma crise maior, iremos consolidar a tão sonhada integração física de toda a América do Sul. (BRASIL, 2004).

O México, por sua vez, fazia parte do grupo de países que era entusiasta da ALCA e que apoiava o modelo de livre comércio para a região proposto pelos Estados Unidos. Vicente Fox, à época presidente do México, fez várias declarações nas quais defendia a implementação do acordo durante o evento, sinalizando, portanto, as diferentes posições que o Brasil e o México adotariam. Em uma conferência de imprensa que deram Vicente Fox e George W. Bush conjuntamente na ocasião da Cúpula Extraordinária de Monterrey, os dois manifestaram-se positiva e entusiasmadamente em relação ao livre comércio em geral, e à ALCA em específico:

- Pergunta: [...] E por outro lado, a segunda pergunta é, acreditam que possa se concretizar um Acordo de Livre Comércio das Américas com a oposição de vários países, como Brasil e Venezuela? Obrigado.

- Presidente Vicente Fox: [...] O México é um apaixonado promotor do livre comércio nas Américas. Estamos, totalmente, a favor do Acordo de Livre Comércio para o Continente Americano, estamos totalmente a favor e trabalhando ativamente para que isso chegue a se concretizar o mais rápido possível. Recebemos com satisfação os resultados da última reunião em Miami, Florida, onde o acordo é seguir adiante construindo este Acordo de Livre Comércio para tê-lo em datas, nas datas previstas. Estaremos trabalhando, portanto com muito entusiasmo nesta matéria⁷. (MÉXICO, 2004, tradução nossa).

Ainda na Cúpula Extraordinária de Monterrey, na cerimônia de abertura, o ex-presidente dos Estados Unidos reiterou a posição de seu país sobre a questão da ALCA dizendo que "Meu país está comprometido com o comércio livre e justo para este continente através da Área de Livre Comércio das Américas e através do crescente número de acordos

⁷ No original: Pergunta: Y por otro lado, la segunda pregunta es, ¿Si creen que se pueda concretar un Acuerdo de Libre Comercio de Las Américas con la oposición de varios países, como es Brasil y Venezuela? Gracias. Presidente Vicente Fox: [...] México es un apasionado promotor del libre comercio en Las Américas. Estamos, totalmente, a favor del Acuerdo de Libre Comercio para el Continente Americano, estamos totalmente a favor y trabajando activamente para que éste llegue a concretarse lo más rápido que sea posible. Recibimos con satisfacción los resultados de la última reunión en Miami, Florida, donde el acuerdo es seguir adelante construyendo este Acuerdo de Libre Comercio para tenerlo en fechas, en las fechas previstas. Estaremos trabajando, pues, con mucho entusiasmo en esta materia.

bilaterais de livre comércio que temos concluído e estamos negociando."⁸ (USA, 2004, tradução nossa).

É importante ressaltar que o governo brasileiro mudou durante o período de negociação da ALCA. Quando a ideia da área de livre comércio foi posta em pauta, na primeira Cúpula das Américas, em dezembro de 1994, o presidente do Brasil naquele momento era Itamar Franco, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – hoje chamado de Partido Trabalhista Cristão (PTC). Logo após, em 1º de janeiro de 1995, assume o governo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que fica no poder até 1º de janeiro de 2003 e leva a cabo as negociações a respeito da ALCA durante esse período. O governo FHC demonstrava em sua política externa ser favorável à implementação da ALCA - apesar de também reivindicar uma mudança nos subsídios norte-americanos -, e as negociações até então se davam de maneira mais fácil. Com o maior país da América Latina apoiando o projeto, era esperado que o acordo entrasse em vigor o quanto antes. A partir de 1º de janeiro de 2003, entretanto, muda a presidência do governo brasileiro, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) assume como presidente. O governo Lula apresentou desde o início uma linha diferente de política externa, contrária aos planos da ALCA e ao que isso representaria para o Brasil.

A IV Cúpula das Américas foi celebrada em novembro de 2005, em Mar del Plata, Argentina. Desta Cúpula saíram a Declaração de Mar del Plata e o Plano de Ação. Apesar do fato de estar programada uma agenda inicial para a cúpula, na qual o enfoque do encontro seria a criação de trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática no continente latino-americano, a agenda foi desviada de última hora e a cúpula passou a tratar sobre o avanço da ALCA, tópico que não estava planejado para tal evento. (KAN, 2010).

O ex-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, representando a política externa brasileira, na ocasião da IV Cúpula das Américas, deixou expressa a opinião contrária do país em relação à implementação do acordo regional de dimensões continentais, sem que antes fossem feitas modificações nos subsídios à agricultura nos EUA, pois isso prejudicaria não apenas a agricultura e as exportações brasileiras, mas também o desenvolvimento industrial e tecnológico interno do país:

⁸ No original: My country is committed to free and fair trade for this hemisphere through the free trade area of the Americas and through the growing number of bilateral free trade agreements we have completed and are negotiating.

[...] Segundo, para o Brasil não faz sentido falar em livre comércio enquanto persistem os gigantescos subsídios da agricultura que desnivelam o campo de jogo. Terceiro, daí a prioridade da OMC, onde se pode tratar efetivamente dessa questão.

Por outro lado, não há modelos únicos para relações comerciais. Na ALCA se estava discutindo antes de Miami, em 2003, temas que iam muito além do comércio como regras para investimentos, compras governamentais etc., que limitavam a possibilidade de políticas industriais tecnológicas etc. Por isso, propusemos e obtivemos redefinições da base das negociações. Para o Mercosul e para o Brasil, eu acredito, (inaudível) nós temos negociado com outros países em desenvolvimento acordos em que tomamos plenamente em conta as assimetrias e sensibilidades dos países menos avançados. O mesmo princípio deve reger as negociações hemisféricas. (BRASIL, 2005).

O México fez com que a ALCA se tornasse a pauta principal da IV Cúpula das Américas, quando originalmente o assunto não fazia parte do programa. Era clara a intenção tanto do México, quanto dos Estados Unidos em avançar e chegar a um acordo o quanto antes a respeito do projeto, mesmo sem observar as condições que o Brasil, entre outros países, requeriam para levar a negociação adiante. O ex-presidente Vicente Fox novamente manifestou-se defendendo a ALCA, como demonstrado em sua conferência de imprensa no marco da IV Cúpula das Américas, quando inclusive chegou a contemplar a criação de uma ALCA sem a Venezuela e os países do MERCOSUL.

No dia de hoje, certamente o tema voltará à mesa, nossa postura será igual e a mesma, continuaremos insistindo, junto com 29 países dos 34, que estamos aqui que devemos volta à mesa de criatividade, a fim de terminar de configurar um acordo de livre comércio amplamente vantajoso para o continente, lhe dando uma competitividade que hoje não tem e, portanto, uma capacidade de proteger seus empregos; trabalharemos nesta linha.⁹ (MÉXICO, 2005, tradução nossa)

O Brasil, portanto, se posicionou contra a implementação da ALCA no continente, assim como os outros países pertencentes ao MERCOSUL e a Venezuela, que à época ainda não fazia parte do bloco. Já o México se posicionou à favor da implementação da ALCA, deixando claro seu apoio ao projeto dos Estados Unidos. Na Declaração de Mar del Plata fica explícita a divisão de opiniões a respeito desse assunto no continente e pode-se dizer que foi nesta cúpula que o assunto de lançar a ALCA se deu por encerrado. Havia na região duas posições distintas em relação à ALCA, que não lograram chegar a um acordo, fazendo com que a Declaração de Mar del Plata contasse com essas duas posições refletidas no artigo 19 do documento:

⁹ No original: El día de hoy, seguramente el tema regresará a la mesa, nuestra postura será igual y la misma, seguiremos insistiendo, junto con 29 países de los 34, que estamos aquí - que debemos de regresar a la mesa de creatividad, a terminar de configurar un acuerdo de libre comercio ampliamente ventajoso para el continente, dándole al continente una competitividad que hoy no tiene y, por tanto, una capacidad de proteger sus empleos; trabajaremos en esta línea.

19. Reconhecendo a contribuição que a integração econômica pode efetuar para a realização dos objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática:

A. Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconhecer a contribuição significativa que os processos de integração econômica e a liberalização do comércio nas Américas podem e devem fazer para atingir os objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática. Para tanto, mantemos nosso compromisso de celebrar um Acordo da ALCA equilibrado e abrangente, voltado para a expansão dos fluxos comerciais e, no nível global, um comércio livre de subsídios e de práticas que o distorçam, com benefícios concretos e substantivos para todos, levando em consideração as diferenças de tamanho e nível de desenvolvimento das economias participantes e as necessidades especiais e o tratamento especial e diferenciado das economias menores e vulneráveis. Participaremos ativamente para assegurar um resultado significativo da Rodada de Doha que inclua também as medidas e propósitos do parágrafo anterior. Continuaremos a promover as práticas e atividades estabelecidas no processo da ALCA, que garantam a transparência e promovam a participação da sociedade civil.

Instruímos nossos responsáveis pelas negociações comerciais a reiniciarem suas reuniões no decorrer de 2006 para examinar as dificuldades do processo da ALCA a fim de superá-las e avançar nas negociações, em conformidade com o mandato adotado em Miami, em novembro de 2003. Além disso, instruímos nossos representantes nas instituições da Comissão Tripartite a continuarem a alocar os recursos necessários para apoiar o funcionamento da Secretaria Administrativa da ALCA.

B. Outros membros sustentam que ainda não existem as condições necessárias para conseguir um acordo de livre comércio equilibrado e equitativo, com acesso efetivo dos mercados, livre de subsídios e práticas de comércio distorcivas e que leve em conta as necessidades e sensibilidades de todos os parceiros, bem como as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias. (AMÉRICAS, 2005).

Desta forma, nota-se no caso da ALCA, uma clara divergência entre Brasil e México. O México, através de Vicente Fox, demonstrou desde o princípio o seu entusiasmo com o projeto norte-americano de expandir à toda a América o livre comércio. Vicente Fox defendia tanto a ideia dos Estados Unidos, que chegou a cogitar uma ALCA sem os países do MERCOSUL e sem a Venezuela, o que poderia ser considerado inclusive como um tipo de ameaça aos países do Cone Sul, no sentido de repensarem suas posições para não ficar de fora deste grandioso acordo que, se realizaria com ou sem eles.

O Brasil, por outro lado, desde a Cúpula Extraordinária de Monterrey, já com a participação de Lula, mostrava-se mais inclinado à realização de políticas voltadas para a América do Sul e para o MERCOSUL. E, por fim, na IV Cúpula Extraordinária, posicionou-se firmemente juntos aos seus companheiros de MERCOSUL, que demonstraram alto nível de concertação política nesta questão. O ex-presidente Lula deixou claro seu descontentamento com relação às condições nas quais estava sendo negociado o acordo, pois, em sua visão, não levava em conta as imensas assimetrias existentes entre os países de todo o continente americano, ia muito além da mera abertura comercial - influenciando no desenvolvimento

industrial e tecnológico interno dos países e regulando investimentos - e, principalmente, pelo fato que os Estados Unidos não estavam fazendo nenhuma concessão a respeito dos seus subsídios para a agricultura interna, que prejudicaria muito os países latino-americanos, em grande parte, agro-exportadores. Dessa maneira, o Brasil reafirmou-se uma política assertiva e de liderança na América do Sul, confrontando um dos maiores planos dos Estados Unidos, e o México, alinhou sua política à dos Estados Unidos e saiu derrotado.

3 A QUESTÃO DAS RELAÇÕES COM CUBA

O tema das relações com Cuba se insere neste trabalho pois é um tema bastante controverso no continente americano, que divide opiniões e demarca claramente o interesse dos Estados Unidos de ter a América Latina como sua área de controle e influência direta. Cuba passou a ser uma questão problemática para os Estados Unidos a partir de 1959, data da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro. Desde então, com o alinhamento cubano ao bloco socialista e com a estreita relação mantida com a ex-União Soviética em pleno contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a perceber o país caribenho como uma ameaça não apenas à sua segurança interna, mas a todo o continente americano, pois teria a capacidade de armar grupos revolucionários em diferentes países. (WIKIPEDIAb).

Foi por esses motivos que os Estados Unidos expulsaram Cuba dos organismos multilaterais americanos, colocaram a ilha em sua lista de países terroristas e aplicaram o embargo econômico, comercial e financeiro ao país, em 7 de fevereiro de 1962. A partir de então, os Estados Unidos passam a fazer condenações ao regime de Cuba em matéria de Direitos Humanos e também de democracia, no âmbito da ONU. É importante observar, no entanto, que os dois governos deram um passo importante rumo às normalizações das relações entre os dois países, com os Estados Unidos retirando Cuba da sua lista de países terroristas e, em 2014, com a declaração das primeiras medidas para o fim do embargo. (WIKIPEDIAc). Portanto, a questão de Cuba foi e ainda é de muita importância para os Estados Unidos e a sua análise se faz necessária.

As relações entre México e Cuba não são constantes ao longo do tempo. Os dois países experimentaram uma série de revezes em sua relação bilateral, indo desde o seu melhor momento, com o governo de Luis Echeverría Álvarez (1970-1976)¹⁰, até o seu ponto mais baixo, com o governo de Vicente Fox (2000-2006). Durante os anos de governo do PRI, o México conseguia, através da relação com Cuba, manter uma certa imagem de independência em relação aos Estados Unidos e legitimidade internacional, baseada nos princípios de não-intervenção e defesa da autodeterminação dos povos:

¹⁰ Echeverría é conhecido por ter levado a cabo uma "diplomacia ativa" durante seu governo. Foi o primeiro presidente mexicano que visitou Cuba e a ex-União Soviética, quase duplicou o número de países com os quais o México mantinha relações diplomáticas, estabeleceu relações com a República Popular da China e votou a favor de sua entrada na ONU. Além disso, também se inclinou ao "terceiro-mundismo", aproximando-se de países asiáticos, africanos e mantendo relações estreitas com Cuba e Fidel Castro, assim como com outros governos socialistas da América Latina, recebendo exilados políticos quando da época das ditaduras latino-americanas. (COVARRUBIAS, 2008).

O regime política mexicano priista que durou no poder pouco mais de 70 anos, manteve uma relação singular com Cuba. A política externa mexicana, segundo o especialista Mario Ojeda, era de corte nacionalista, passiva e legalista, vinculada aos princípios constitucionais originados a partir da formação institucional em 1917. Cuba e México formam uma espécie de paralelismo entre as suas duas revoluções, que lhes permite manter uma relação constante e durável, mas não isenta de divergências. Os dois princípios sobre os quais descansa essa relação bilateral são: a não-intervenção e a defesa à livre autodeterminação dos povos, o que se identifica como uma "diplomacia imparcial". (ESPINOSA, 2012, p. 167, tradução nossa)¹¹.

Portanto, nesse período, o México mantinha uma relação amistosa com Cuba, opondo-se ao seu isolamento internacional e ao embargo promovido pelos Estados Unidos e mostrando-se neutro em relação ao que acontecia em matéria de direitos humanos na ilha. Em troca, Cuba tampouco se envolvia nos assuntos internos do México e não armava os movimentos da esquerda radical contra o governo mexicano. (ESPINOSA, 2012). Dessa forma, os dois países usavam um ao outro para obter legitimidade externa e interna.

Entretanto, a relação entre México e Cuba foi mudando gradativamente a partir dos últimos dois governos do PRI, com Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000). Foi nesses dois sexênios quando o México começou a adotar uma política econômica de corte neoliberal, voltada à liberalização da sua economia, tendo como seu principal sócio os Estados Unidos. Assim, pode-se dizer que "O afastamento político entre Cuba e México é, em grande parte, consequência da aproximação entre o México e os Estados Unidos, da liberalização econômica e política mexicana." (ESPINOSA, 2012, pp. 168-169)¹². O governo mexicano, ao longo desse período, ia demonstrando alguns sinais de mudança, como por exemplo o fato de que em 1992 aconteceu o primeiro contato de um governo mexicano com a oposição cubana, quando o ex-presidente Salinas se entrevistou com líderes do exílio cubano. (VELASCO, 2003). Ainda nessa linha, em 1999, na X Cúpula Ibero-americana, realizada justamente em Havana, o ex-presidente mexicano Zedillo fez um discurso que foi interpretado como uma crítica a Cuba e como o ponto de inflexão na relação entre os dois países:

A democracia também é necessária para preservar e fortalecer a soberania nacional que tanto valorizamos os povos ibero-americanos. [...] No pode haver nações soberanas sem homens nem mulheres livres; homens e mulheres que possam exercer

¹¹ No original: El régimen político mexicano priista que duró en el poder poco más de 70 años sostuvo una relación singular con Cuba. La política mexicana hacia el exterior, según el especialista, Mario Ojeda era de corte nacionalista, pasiva y legalista, vinculada a los principios constitucionales originados a partir de la formación institucional en 1917. Cuba y México forman una especie de paralelismo entre sus dos revoluciones que les permite mantener una relación constante y durable, pero no exenta de disensos. Los dos principios sobre los cuales descansa esta relación bilateral son: la no intervención y la defensa a la libre autodeterminación de los pueblos, lo que se identifica como una "diplomacia imparcial".

¹² No original: El alejamiento político entre Cuba y México es en mucho, consecuencia del acercamiento entre México y Estados Unidos, de la liberalización económica y política mexicana."

plenamente suas liberdades essenciais: liberdade de pensar e opinar, liberdade de agir e participar, liberdade de divergir, liberdade de escolher. Estas liberdades são pelas quais lutaram os fundadores dos nossos países porque desejavam povos livres nos quais residisse a soberania nacional, e estas liberdades só se alcançam em uma democracia plena. Quanto mais vigorosa seja a democracia de cada nação ibero-americana, mais livre e digno será o seu povo e mais sólida será a sua soberania.¹³ (VELASCO, 2003, p. 6, tradução nossa).

É interessante notar que o tom que o México assume com Cuba começa a mudar justamente a partir de quando a sua relação e a sua dependência com os Estados Unidos aumenta exponencialmente, com a entrada em vigor do NAFTA em 1994. Em resumo, as relações do México com Cuba ainda seguiam cordiais, porém já não eram as mesmas. Os dois países não compartilhavam mais os valores de não-intervenção, e o México apresentava sinais de mudança em sua política externa, processo que culminou com a entrada de Vicente Fox na presidência.

Como já visto anteriormente, o governo de Vicente Fox iniciou com um "bônus democrático" no cenário internacional, pois encerrava-se o período de mais de 70 anos de um só partido no poder no México, o que tornou possível que o país tivesse maior projeção internacional em dito período. Portanto, Fox pôde contar com a legitimidade democrática que necessitava para levar a cabo mudanças na política externa. A principal delas foi a defesa das bandeiras da democracia e dos Direitos Humanos - principais mudanças em relação aos governos anteriores e também as pautas que mais causaram atritos com o governo cubano. Fox, à época, também tinha planos de lograr um acordo migratório com Bush, o que fez com que o México concentrasse sua política externa muito mais em seu vizinho de norte, do que em seus vizinhos do sul. Porém, não apenas houve um afastamento do México em relação a Cuba, como houve quase a ruptura das relações diplomáticas entre os dois países, com a retirada de seus respectivos embaixadores em determinado momento, chegando ao ponto mais baixo da relação entre os dois. (FLORES, 2008).

Em relação aos acontecimentos que levaram ao esfriamento das relações entre México e Cuba durante o governo de Fox, podemos destacar alguns deles. Em abril de 2001, ainda no início do mandato de Fox, há uma votação na Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre

¹³ No original: La democracia también es necesaria para preservar y fortalecer la soberanía nacional que tanto valoramos los pueblos iberoamericanos. [...] No puede haber naciones soberanas sin hombres ni mujeres libres; hombres y mujeres que puedan ejercer cabalmente sus libertades esenciales: libertad de pensar y opinar, libertad de actuar y participar, libertad de disentir, libertad de escoger. Estas libertades son por las que lucharon los fundadores de nuestros países porque anhelaban pueblos libres en los que residiera la soberanía nacional, y estas libertades sólo se alcanzan en una democracia plena. Entre más vigorosa sea la democracia de cada nación iberoamericana, más libre y digno será su pueblo y más sólida será su soberanía.

uma resolução apresentada pela República Tcheca que, entre outras coisas, fazia um chamado a que o governo cubano respeitasse os direitos humanos e as liberdades fundamentais, assim como estabelecesse um Estado de direito feito por instituições democráticas e um poder judicial independente. O México se absteve em tal votação, afirmando que não poderia votar a favor pois o texto da resolução seria muito politizado e a Comissão não favoreceu um tratamento equilibrado da questão, porém tampouco poderia votar contra pois isso significaria ignorar a situação dos direitos humanos na ilha, assunto que preocupava o governo mexicano. O fato não agradou a Fidel Castro, que esperava um voto contrário do México, como costumava ser. Ainda em 2001, Fox viajou a Cuba em visita oficial e tanto o ex-presidente como Jorge Castañeda - seu Secretário de Relações Exteriores -, se entrevistaram com dissidentes cubanos, o que não agradou o governo cubano. Outro acontecimento que tensionou as relações entre os dois países foi quando Castañeda declarou, em Miami, que as portas da embaixada mexicana estavam abertas a todos os cubanos, e um grupo de cubanos entrou forçadamente na embaixada do México em Havana. (FLORES, 2008).

Porém, a crise entre os dois governos começou realmente a acentuar-se em março de 2003, na Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey. Nessa ocasião, o governo cubano acusou o governo mexicano de haver dito a Fidel Castro que se retirasse da Conferência antes da chegada de Bush, pois o ex-presidente haveria imposto tal condição à sua participação. O governo mexicano negou tal fato, enquanto o governo cubano respondeu que tinha provas do ocorrido. Em abril do mesmo ano, o México votou a favor da resolução apresentada pelo Uruguai na Comissão de Direitos Humanos da ONU, que solicitava que o governo cubano aceitasse a presença de um representante do Alto Comissariado dos Direitos Humanos no país. As autoridades mexicanas justificaram o seu voto afirmando que votam a favor de causas e não contra países. O governo cubano, naquele momento, havia deixado claro que desejava que o México se abstinhasse em dita votação, já que quando da visita de Fox, ele assegurou que não apoiaria nenhuma proposta contra Cuba, e Cuba consideraria tal atitude como um "voto valente" do México, pois iria contra as vontades dos Estados Unidos. Para terminar, e culminar na retirada mútua de seus embaixadores, três dias após a votação, o governo cubano, como represália, tornou pública a conversa pelo telefone na qual Vicente Fox dizia a Castro para que se retirasse antes do fim da Conferência. Assim, o governo cubano deixava clara a sua rejeição à política externa que o México estava adotando, que rompia com os preceitos da relação bilateral que mantiveram durante décadas. (VELASCO, 2003). México e Cuba, portanto, chegaram ao ponto mais baixo e tenso de sua

relação quando em maio de 2004, o ex-presidente Vicente Fox decidiu expulsar o embaixador cubano depois que Fidel Castro disse que a política externa do México tinha se convertido em cinzas em função do seu alinhamento com os Estados Unidos. Em seguida, Cuba também retirou o seu embaixador do país. (FLORES, 2008).

Já o governo de Felipe Calderón (2006-2012), tentou reconstruir a relação com Cuba que Vicente Fox havia desgastado enormemente.¹⁴ A política externa mexicana durante esse período foi de baixo perfil e menos ideologizada, o que possibilitou o resgate das relações com o governo cubano. (FLORES, 2010). Dois fatores que incidiram positivamente na reconstrução da relação entre os dois países foram, primeiramente, o fato de que com a passagem do governo de Cuba a Raúl Castro, irmão de Fidel, o país começa a diversificar suas relações com o resto mundo, o que tornou, portanto o México não tão vital para Cuba como em períodos anteriores. (ESPINOSA, 2012). E em segundo lugar, o fato de que o Conselho de Direitos Humanos da ONU - sucessor da Comissão de Direitos Humanos - passasse a utilizar um sistema no qual não havia mais resoluções de condenação ou de solicitação para que países aceitassem a presença de observadores que dariam o diagnóstico da situação de direitos humanos em seu território. O México promoveu este novo mecanismo e Cuba interpretou o gesto como um sinal de boa vontade do país. (VELASCO, 2013).

Em 2008 aconteceu a visita oficial da nova Secretária de Relações Exteriores do governo Calderón, Patricia Espinosa, na qual os dois governos fizeram acordos e avanços em várias questões, sendo a principal a renegociação da dívida entre o Bancomext e o Banco Nacional Cubano. É importante mencionar que Calderón visitou a ilha em 2012 - no final de seu mandato - e não se entrevistou com os dissidentes cubanos, diferentemente de seu antecessor. (ESPINOSA, 2012). Entretanto, algo a notar é o fato de que a visita oficial de Calderón estava prevista para abril de 2009, porém nesse mesmo mês o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, viajou ao México, e a visita a Cuba não foi mais mencionada. Ainda que não haja explicações oficiais a respeito disso, é possível especular que o governo mexicano tenha optado por postergar sua visita a Cuba a fim de não complicar sua relação com os Estados Unidos e o êxito da visita de Obama. (VELASCO, 2013). Portanto, ambas partes apresentaram boa disposição em normalizar a relação, objetivo que foi

¹⁴ Calderón iniciou, ainda como presidente eleito, dando um sinal de sua disposição, enviando uma carta ao ex-presidente Castro desejando-lhe que se recuperasse, na época em que ficou doente. (FLORES & GONZÁLEZ, 2013).

alcançado, porém já não foi possível alcançar o mesmo nível de cooperação e entendimento que existiu em épocas anteriores. (FLORES & GONZÁLEZ, 2013).

Deste modo, é possível afirmar que a política externa mexicana para Cuba passou por diferentes fases, as quais dependeram em parte do que se passava no âmbito interno mexicano, levando em consideração a questão da busca por legitimidade dos governos do PRI e a mudança que ocorreu com a entrada de um novo partido no poder, o PAN, que aproveitou o bônus democrático da ocasião para levantar novas bandeiras como a da defesa dos direitos humanos. E por outro lado, dependeram também em grande parte da relação que o México levava com os Estados Unidos no momento e quais objetivos o país almejava alcançar com o seu vizinho do norte. Foi quando o México começou a aproximar-se ainda mais dos Estados Unidos e aumentar sua dependência econômica exponencialmente em função do NAFTA, que o país também começou a mostrar claros sinais de mudança em sua política externa, entrando em maior consonância com a dos Estados Unidos. O que só se agravou com a entrada de Vicente Fox no governo, pois além das amarras econômicas, comerciais e financeiras que o México já mantinha com os Estados Unidos, agora Fox também via uma oportunidade e almejava conseguir um acordo migratório devido ao fato de que os dois partidos nos governos eram de direita, compartilhavam valores e devido à sua amizade com o Bush.¹⁵ Em vista disso, pode-se dizer que a política externa do México se alinhou ainda mais com a dos Estados Unidos a partir dos anos 2000, adicionando ao caso de Cuba os temas previamente vistos neste trabalho, a Guerra no Iraque e a ALCA.

No caso brasileiro também houve mudanças na política externa em relação a Cuba de acordo com o tempo. Com o início da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o governo militar rompe relações diplomáticas com Cuba. A partir do governo Ernesto Geisel (1974-1979), as relações externas brasileiras voltaram a se ampliar, com uma política externa marcada pelo universalismo e pela independência, sendo chamada de Pragmatismo Responsável. É interessante notar que nessa época o Brasil se aproxima da retórica do terceiro-mundismo, apoiando a soberania da Palestina, condenando o *apartheid*, reconhecendo as independências das colônias portuguesas, estabelecendo relações diplomáticas com a República Popular da China, entre outras ações. Porém, a relação com Cuba permanecia igual. O caso de Cuba era considerado diferente para o governo militar que,

¹⁵ Entretanto, Fox centrou toda a sua atenção na afinidade pessoal que tinha com o ex-presidente Bush e deixou em segundo plano a negociação com o verdadeiro ator decisivo, o Congresso dos Estados Unidos. No fim das contas, Fox não conseguiu seu maior objetivo de política externa, pelo contrário, houve o endurecimento da política estadunidense nessa questão, com a construção do muro fronteiro em 2006. (ESPINOSA, 2012).

apesar de sua gradual abertura, ainda considerava Cuba um perigo para a política interna brasileira. (BEZERRA, 2010).

O Brasil só restabelece relações diplomáticas com Cuba quando é restaurado o regime democrático no Brasil, no governo de José Sarney, em 25 de junho de 1986. Tal feito pode ser considerado obra da ação presidencial, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e do movimento civil. (BEZERRA, 2010; SILVA, 2015). No governo de Fernando Collor (1990-1992), Brasil e Cuba firmaram um acordo na área científico-tecnológica, porém apesar do interesse em aprofundar as relações, o Brasil durante esse período esteve mais voltado às suas questões internas e à tentativa de maior abertura comercial, o que deixou as relações com Cuba em segundo plano. Já no governo de Itamar Franco (1992-1995), a relação bilateral ganha novo impulso e força pois o Brasil votou pela condenação ao embargo dos Estados Unidos a Cuba na ONU e discursou na IV Cúpula Ibero-americana contra o mesmo. Além disto, o governo brasileiro perdoou a dívida cubana de, aproximadamente, U\$ 40 bilhões, e instaurou um "diálogo construtivo" em relação ao tema de direitos humanos com Cuba. (ARCE, JOHNSON & SILVA, 2014).

Durante os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a retórica de reaproximação entre os dois países permaneceu, apesar de alguns episódios de divergências durante o período. Foram firmados novos acordos no âmbito científico-tecnológico, e também nos setores tributários, aduaneiros e de serviços, assim como foi cedida pelo governo brasileiro uma linha de crédito de U\$ 15 milhões para o governo cubano. O Brasil também manteve sua posição de rechaço ao embargo imposto pelos Estados Unidos e seguiu apoiando o reingresso de Cuba na comunidade interamericana. Entretanto, o governo também mostra sinais de divergência, já que em 1998, durante a VIII Cúpula Ibero-americana, o Brasil dá destaque às questões democráticas em Cuba e à questão dos presos políticos, afirmando que Cuba necessita mudança nessas áreas. Ademais, no mesmo ano, o ex-chanceler brasileiro, Luis Felipe Lampréia, em visita a Cuba, se reúne com a dissidência cubana, o que faz as relações se tensionarem. Já a partir de 1999, a relação volta à normalidade, quando FHC discursa a favor de Cuba em uma cerimônia na Espanha, no qual afirma que o Brasil mantém laços de confiança com Cuba, que espera o fim total do embargo e a reinserção de Cuba no sistema interamericano. (ARCE, JOHNSON & SILVA, 2014).

No governo Lula da Silva (2003-2010), a relação bilateral com Cuba ao mesmo tempo que teve continuidade, foi intensificada e aprofundada. O governo brasileiro continuou

condenando o embargo dos Estados Unidos à ilha, e não votava contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU, assim como se tornou grande promotor da inserção cubana nos fóruns multilaterais do continente americano. O ex-presidente Lula, por sua vez, realizou três visitas oficiais a Cuba, e a relação se intensificou com base no aumento do intercâmbio comercial, de acordos de desenvolvimento científico e tecnológico, no incremento das relações político-diplomáticas e no financiamento pelo Brasil de projetos de infra-estrutura em Cuba, como é o caso da construção do Porto de Mariel. (SILVA, 2015). Durante o período do governo Lula, pode-se dizer que os dois países mantinha maior afinidade ideológica e que isso contribui à relação de amizade e apoio mútuo. No governo de Dilma Rousseff houve uma grande continuidade na política externa em relação ao governo anterior, apesar de não se manter a mesma intensidade em alguns aspectos. Porém, no caso de Cuba, a relação seguiu sendo de cooperação de alto nível, tendo como maior exemplo o Programa Mais Médicos, no qual médicos cubanos se dispõem a vir trabalhar no Brasil em localidades de difícil acesso ou periféricas, nas quais faltam médicos brasileiros, que se encontram em sua grande maioria nas grandes cidades. (ARCE, JOHNSON & SILVA, 2014). Na segunda visita da presidente Dilma a Cuba, por ocasião da inauguração da primeira fase do Porto de Mariel, ela agradeceu aos cubano por essa contribuição à sociedade brasileira, como noticia o jornal cubano Granma:

Em suas palavras agradeceu ademais ao governo y ao povo da Ilha pela sua enorme contribuição ao sistema de saúde brasileiro através do Programa Mais Médicos, que tem sido amplamente aprovado pelo povo dessa nação sul-americana e é manifestação do espírito de solidariedade e colaboração entre os nossos dois países, afirmou. (GRANMA, 2014, tradução nossa)¹⁶.

Em vista disso, é possível concluir que Brasil e México mantiveram relações bilaterais com Cuba muito diferentes a partir dos anos 2000, que é o foco da análise. Enquanto a relação México-Cuba enfrentou uma série de revezes, problemas, provocações e acusações, e foi esfriando cada vez mais, chegando quase ao nível de rompimento das relações diplomáticas, durante o governo de Fox; a relação Brasil-Cuba, por outro lado, com o fim do regime militar no Brasil e o restabelecimento de um governo democrático, o país restabelece as suas relações diplomáticas com o país caribenho e, desde então, as relação bilateral com Cuba foi se tornando cada vez mais estreita. É possível afirmar que a partir dos anos 2000, ter uma relação de cooperação e de amizade com Cuba significa para o Brasil afirmar-se como

¹⁶ No original: En sus palabras agradeció además al gobierno y pueblo de la Isla por su enorme aporte al sistema de salud brasileño a través del programa Más médicos, que ha sido ampliamente aprobado por el pueblo de esa nación suramericana y es manifestación del espíritu de solidaridad y colaboración entre nuestros dos países, sentenció.

liderança regional e mostrar aos vizinhos americanos que possui uma política externa independente, ativa e altiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar as posições de política externa do Brasil e do México em relação a temas de interesse para os Estados Unidos e verificar as suas diferenças e semelhanças. Ademais, buscou identificar se a política externa "ativa e altiva" do Brasil se confirma em questões concretas, assim como verificar se a política externa do México apresenta ou não um alinhamento com os interesses dos Estados Unidos.

É possível afirmar que em outras épocas, como foi visto em determinados momentos do trabalho, a política externa mexicana tinha traços muito mais independentes do que atualmente, como no período dos governos do PRI em geral, e especialmente no governo de Echeverría, que ficou conhecido por ter levado a cabo uma "diplomacia ativa" com inclinação terceiro-mundista durante o seu governo. Echeverría mantinha boas relações com os governos socialistas da América Latina, relações estreitas com Fidel Castro - sendo o primeiro presidente mexicano a visitar Cuba e também a ex-URSS - e quando da época das ditaduras latino-americanas, recebeu muitos exilados políticos. (COVARRUBIAS, 2008). Nota-se, nesse caso, que a política externa mexicana nesse período não seguia os interesses norte-americanos, já que uma das estratégias do PRI era a de manter vivo o sentimento nacionalista dentro da sociedade mexicana e, para isso, valia-se de situações nas quais discordava do seu vizinho do norte, para avivar esse sentimento.

Entretanto, dentro do escopo temporal do trabalho, que é a análise da política externa a partir dos anos 2000, ficou comprovado que o México, na maioria das vezes, acabou se alinhando com os Estados Unidos nas matérias de seu interesse, principalmente durante o período do governo de Fox, como já visto. Posteriormente, com o governo de Felipe Calderón, de 2006 a 2012, o México adotou uma política externa de baixo perfil, tendo como objetivo reconstruir as relações bilaterais prejudicadas pelo governo anterior. Calderón não abandonou a questão dos Direitos Humanos e da democracia, porém adotou um tom mais conciliador, e a política externa teve seu foco direcionado para o aspecto econômico.

Já o Brasil faz exatamente o caminho inverso do mexicano. Durante os anos da ditadura militar, de 1964 a 1985, a política externa brasileira pode ser considerada mais alinhada aos Estados Unidos, principalmente no início do regime militar. Entretanto, o período também contou com suas nuances na política externa, já que a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) o Brasil adota o que se chamou de Pragmatismo Responsável como orientador de sua política externa. O Brasil, portanto, passou a adotar uma política

externa mais universalista e terceiro-mundista, não mais se alinhando automaticamente a política externa dos Estados Unidos.

Já nos inícios dos anos 2000, com o governo de Lula da Silva, de 2003 a 2010, o Brasil passa a adotar uma política externa independente, voltada ao eixo Sul-Sul e principalmente à América do Sul. As relações com os Estados Unidos sempre permaneceram de alto nível, porém com a presença de divergências em temas de política externa.

Na questão da Guerra no Iraque, o México, que se encontrava na posição de membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, em um primeiro momento não apoiou a resolução proposta pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança da ONU para invadir o Iraque, mantendo suas diretrizes tradicionais de política externa. Porém, posteriormente, acabou mudando sua posição pois aprovou a resolução que autorizou a Coalizão da Autoridade Provisional no Iraque, encabeçada pelos Estados Unidos, legitimando, assim, dita invasão. O Brasil, por outro lado, reprovou a atitude dos Estados Unidos de invadir o Iraque e de desrespeitar as normas da ONU e afirmava que o governo Bush não teria legitimidade internacional para a invasão. O ex-presidente Lula, à época, fez um pronunciamento oficial no qual deixava claro o posicionamento brasileiro e ademais declarou seu repúdio à invasão em seu discurso de abertura da 58ª Assembleia Geral da ONU, diante também dos Estados Unidos.

Desse modo, foi possível observar a diferença de posicionamento entre Brasil e México na questão da invasão dos Estados Unidos ao Iraque. O Brasil se posicionou de acordo com a sua tradição de política externa de resolução de conflitos através de organismos multilaterais e de forma pacífica, mantendo, portanto, sua independência em matéria de política externa. O México, por sua vez, primeiramente também se posicionou contra a invasão, o que seria coerente com a política adotada por Vicente Fox de defesa dos Direitos Humanos. Porém, em um segundo momento, mudou sua posição, o que demonstrou a inconsistência de sua política externa e, em última instância, que o alinhamento com os interesses dos Estados Unidos e evitar problemas com o mesmo, tinha maior relevância para o país.

Em relação à ALCA, o México mostrou-se como um dos grandes entusiastas do modelo de livre comércio para a região proposto pelos Estados Unidos. Fox fez diversas declarações em defesa da implementação do acordo durante a Cúpula Extraordinária de Monterrey e, em uma entrevista em conjunto com Bush mostrava-se entusiasmado a respeito

do livre comércio em geral, e da ALCA em específico. Fox inclusive fez com que a ALCA se tornasse o assunto principal da IV Cúpulas das Américas, sendo que originalmente este tema não estava previsto no programa. Ademais, cogitou a implementação da ALCA com ou sem os países do Mercosul, o que demonstra o seu comprometimento com o projeto dos Estados Unidos para o continente. Já o Brasil era contrário à implementação da ALCA sem que antes fossem feitas modificações nos subsídios à agricultura nos EUA, pois isso prejudicaria a indústria nacional. Além do mais, o Brasil defendia uma maior sensibilidade com a questão das assimetrias entre os países no continente americano, já que a ALCA, sabia-se, ia além da mera questão comercial, e englobava também regras para investimentos, políticas industriais, e etc.

Portanto, também foi possível observar claras diferenças de posicionamento do Brasil e do México em relação ao tema da ALCA. O México manteve, novamente, sua política de alinhamento com os interesses dos Estados Unidos, defendendo a implementação da ALCA a todo o custo, inclusive de uma ALCA sem o Brasil, o maior país latino-americano. Fox foi o grande promotor desse projeto dos Estados Unidos, inclusive colocando-o como foco em uma cúpula que não deveria tratar sobre o assunto. O Brasil, por outro lado, posicionou-se contra a criação da ALCA antes que fossem resolvidas diversas questões relativas ao favorecimento que os Estados Unidos estariam ganhando através desse acordo. Nota-se, assim, que mais uma vez o Brasil se ateu aos seus objetivos de manter uma política externa independente e voltada para a integração sul-americana.

O tema das relações de Brasil e México com Cuba é um caso a parte. A relação bilateral entre México e Cuba não é constante ao longo do tempo, alcançando o seu melhor momento durante o governo de Echeverría (1970-1976) e chegando ao seu ponto mais baixo com o governo de Vicente Fox. Durante os anos de governo do PRI, o México manteve uma relação amistosa com Cuba, baseada nos princípios de não-intervenção e defesa da autodeterminação dos povos, mantendo, portanto, uma política externa independente da opinião dos Estados Unidos - que, à época, já aplicava o embargo econômico, financeiro e comercial a Cuba e condenava o país caribenho a exilar-se dos organismos interamericanos.

Entretanto, a partir dos dois últimos governos do PRI, Salinas de Gortari e Zedillo (1988-2000), a relação do México com Cuba foi começando a mudar gradativamente. Foi durante esse período que o México firmou o NAFTA e passou a adotar uma política econômica de corte neoliberal, tendo como seu principal sócio, desde então, os Estados

Unidos. O governo mexicano foi apresentando outros sinais de tal mudança, como por exemplo a entrevista de Salinas com a dissidência cubana, e através de discursos proferidos pelos ex-presidentes. Assim, pode-se argumentar que o afastamento entre os dois países é em grande parte fruto da aproximação do México com os Estados Unidos, que com o NAFTA aumentou sua dependência com o seu vizinho do norte e passou a preferir manter uma certa distância amigável de Cuba para não ocasionar problemas nos seus projetos com os Estados Unidos.

A relação entre México e Cuba entra em uma nova fase de declínio quando da eleição de Vicente Fox. Com a chegada de Vicente Fox, do PAN, no governo mexicano, em 2000, houve uma série de mudanças na área de política externa, decorrentes do bônus democrático ganho pelo país por haver rompido os mais de 70 anos de governo de um só partido, o PRI. As principais mudanças foram a defesa das bandeiras dos Direitos Humanos e da democracia. E foi justamente essa mudança nos rumos da política externa que aproximou o México ainda mais dos Estados Unidos, e causou atritos entre os governos mexicano e cubano. Há, ainda, o fato de que Vicente Fox almejava conseguir um acordo migratório com os Estados Unidos, pois mantinha uma relação estreita de amizade com Bush. Obviamente, isso também contribuiu para que Fox se alinhasse aos Estados Unidos no que concerne a Cuba, votando contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU e entrevistando-se com líderes da dissidência cubana. Além disso, Fox mandou que Fidel Castro se retirasse da Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, antes que o Bush chegasse, demonstrando, assim, clara subserviência a política estadunidense. Foi então que as relações entre México e Cuba alcançaram seu pior momento com a retirada mútua de seus embaixadores.

A relação entre Brasil e Cuba também muda drasticamente de acordo com o tempo. Durante o período da ditadura militar, o governo rompeu relações diplomáticas com Cuba e apenas as restabeleceu em 1986, quando foi restaurado o regime democrático no país. Durante os governos de Collor e de FHC a relação com Cuba foi cordial, o Brasil se posicionava-se contra o embargo imposto pelos Estados Unidos, a favor da reinserção de Cuba na comunidade interamericana e, além disso, os dois países firmaram acordos em diversas áreas. No entanto, o chanceler brasileiro do governo FHC, Luis Felipe Lampréia, se encontrou com a dissidência cubana, em uma visita oficial ao país caribenho e FHC começava a afirmar que Cuba necessitava de mudanças na área dos Direitos Humanos. Assim sendo, fica evidente

que, apesar de manterem relações cordiais e cooperarem em diversos âmbitos, o Brasil ainda mantinha certas ressalvas em relação ao regime cubano.

Já no governo de Lula, a relação bilateral com Cuba foi intensificada. O ex-presidente Lula realizou três visitas oficiais ao país caribenho, houve o aumento do intercâmbio comercial, maior cooperação no desenvolvimento da ciência e tecnologia, incremento nas relações político-diplomáticas e no financiamento brasileiro de projetos de infra-estrutura em Cuba. O Brasil foi um grande promotor da reinserção de Cuba no sistema interamericano e em organismos regionais, assim como seguiu condenando o embargo dos Estados Unidos à ilha, e não se posicionava contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Durante o governo Lula, os dois países contavam com maior afinidade ideológica, o que contribuiu para o alto nível das relações. E, por fim, no governo de Dilma houve continuidade da política externa do governo anterior para Cuba, mantendo a cooperação do alto nível em diversas áreas, sendo os maiores exemplos, o Programa Mais Médicos e o financiamento brasileiro para a construção do Porto de Mariel em Cuba.

Desta forma, dentro do período de análise proposto por este trabalho, é possível verificar que as políticas externas de Brasil e México para Cuba tomaram rumos diferentes. Enquanto a partir dos anos 2000 a relação entre Brasil e Cuba entra em sua melhor fase, e o Brasil, portanto, reafirma a sua política externa ativa e ativa na região, a relação México-Cuba começa a entrar em um período de esfriamento, que chega quase ao rompimento das relações diplomáticas. Brasil e México, nesse sentido, tomam direções opostas, com significados opostos. O afastamento entre México e Cuba demonstra um maior alinhamento da política externa mexicana com os Estados Unidos e perda de influência e autonomia no espaço latino-americano. Já para o Brasil, a relação de alto nível e de cooperação com Cuba representa a afirmação da política externa ativa e ativa e o expansão de sua influência no continente.

Portanto, verifica-se no presente trabalho que Brasil e México apresentam mais diferenças do que semelhanças em termos de política externa em relação a temas de interesse dos Estados Unidos. O que demonstra, em grande parte, que os seus eixos de ação prioritários são diferentes, sendo o do Brasil a América do Sul, principalmente o MERCOSUL, e o do México a América do Norte, América Central e o Caribe, mas principalmente a sua relação bilateral com os Estados Unidos. Ao longo deste trabalho também foi possível analisar que o Brasil conseguiu, na totalidade dos temas analisados, pôr em prática o discurso da política

externa ativa e altiva. E que o México, - ainda que com alguma resistência inicial - na maioria das vezes, acabou se alinhando com os Estados Unidos nas matérias de seu interesse, principalmente durante o período do governo Fox.

Considerando que este trabalho constitui apenas uma pequena parte do que pode vir a ser estudado acerca da política externa de Brasil e México na região a partir de temas específicos, e que a política externa mexicana ainda não é um tema muito estudado no âmbito acadêmico brasileiro, outros estudos envolvendo a temática abordada neste trabalho se fazem necessários, sendo possível estender a análise a mais temas de política externa, para analisá-las e compará-las, afim de melhor entender a dinâmica do continente americano, e como Brasil e México se inserem não apenas na região, mas no sistema internacional como um todo.

5 REFERÊNCIAS

ALCA, Site oficial. **Área de Livre Comércio das Américas - ALCA**. Disponível em: http://www.ftaa-alca.org/View_p.asp. Acesso em: 15 de abril de 2015.

AMERICAS, Cumbre de las. **Cumbre Extraordinaria de las Américas: Monterrey, México, 12 al 13 de enero de 2004**. Disponível em: http://www.summit-americas.org/sp_summit_sp.html. Acesso em: 15 de abril de 2015

_____. **Declaração de Mar del Plata**. “Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática”. 2005. Disponível em: http://www.summit-americas.org/iv_summit_sp.html. Acesso em: 15 de abril de 2015.

ARCE, Anatólio Medeiros; JOHNSON, Guillermo Alfredo; SILVA, Marcos Antonio da. **As relações Brasil-Cuba no século XXI: reaproximação, convergências e tensões**. Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política 14, 15 e 16 de maio de 2014, Curitiba, Paraná. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24796_1397855432.pdf. Acesso em: 1 de junho de 2015

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. **Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986)**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0638.pdf>. Acesso em: 1 de junho de 2015.

BRASIL. **Entrevista exclusiva concedida pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva à Agência Brasil na saída do Palácio da Alvorada**. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/1o-mandato/2003/18-03-2003-entrevista-exclusiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-agencia-brasil-na-saida-do-palacio-da-alvorada>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

_____. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da França, Jacques Chirac**. 2003b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/1o-mandato/2003/28-01-2003-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente>

da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-com-presidente-da-franca-jacques-chirac. Acesso em: 18 de maio de 2015.

_____. **Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e TV, sobre o início da luta armada no Iraque.** 2003c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/20-03-2003-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-de-radio-e-tv>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

_____. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU.** 2003d. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/23-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-58a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

_____. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Sessão de Trabalho – “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas.** 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/13-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-ii-sessao-de-trabalho-2013-2014-desenvolvimento-social-2014-na-cupula-extraordinaria-das-americas>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

_____. **Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Sessão da IV Cúpula das Américas.** 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/05-11-2005-intervencao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-segunda-sessao-da-iv-cupula-das-americas>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

_____. **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ALCA.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

COVARRUBIAS, Ana. **La política exterior "activa"... una vez más.** Foro internacional, 2008, pp. 13-34. Disponível em:

http://www.jstor.org/stable/27738878?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

ESPINOSA, Dainzú López de Lara. **México y Cuba: de la no intervención al choque diplomático**. REMS, Año 5-6, nº 5-6, noviembre de 2012-2013, pp. 165-174. 2012. Disponível em: <https://estudiosmaritimos.files.wordpress.com/2014/02/rem-s-nc2ba-5-6-art-dainzc3ba.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

FLORES, Rafael Velázquez. **Balance general de la política exterior de México, 2000-2006**. Foro internacional, 2008, pp. 81-122. 2008. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/27738881?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

FLORES, Rafael Velázquez. **El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: ¿golpe de timón?**. Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM, n. 108, septiembre-diciembre de 2010, pp. 121-155. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/21569>. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

GONZÁLEZ, Guadalupe González; FLORES, Rafael Velázquez. **La política exterior de México hacia América Latina en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012): entre la prudencia política y el pragmatismo económico**. Foro Internacional, Vol. 53, No. 3-4 (213-214) Julio-Diciembre, pp. 572-618, 2013. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/23608716?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 25 de janeiro de 2015.

GRANMA. **Dilma: Puerto de Mariel, símbolo de nuestra amistad duradera**. 27 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.granma.cu/cuba/2014-01-27/dilma-puerto-de-mariel-simbolo-de-nuestra-amistad-duradera>. Acesso em: 9 de junho de 2015.

KAN, Julián. **De Cancún a Mar del Plata: Las disputas y alineamientos entre los gobiernos de la región y Estados Unidos en la derrota del ALCA**. Ciclos en la historia, la economía y la sociedad, v. 19, n. 37, 2010, pp 77-102. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ciclos/v19n37/v19n37a04.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

MÉXICO. **Conferencia de prensa que ofrecieron el Presidente Fox y el Presidente de los Estados Unidos de América**. 2004. Disponível em: <http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/?contenido=7237>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

_____. **Conferencia de prensa que ofreció el Presidente Vicente Fox dentro del marco de la IV Cumbre de las Américas.** 2005. Disponível em: <http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/visitaoficialdetrabajo/?contenido=21726>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

SILVA, Marcos Antonio da. **Política Externa, Desenvolvimento e Intercâmbio Comercial: um balanço das Relações entre o Brasil e Cuba no século XXI.** Revista de Geopolítica, v. 6, n. 2, p. 120-135, 2015. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/viewArticle/187>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

USA. **President Bush Remarks at Summit of the Americas Ceremony.** 2004. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/01/20040112-9.html>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

VAUTRAVERS-TOSCA, Guadalupe; GONZÁLEZ-VALENCIA, Agenor. **La membresía de México en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.** Convergencia, v. 19, n. 58, 2012, pp. 111-131. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-14352012000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

VELASCO, Ana Covarrubias. **La política mexicana hacia Cuba a principios de siglo: de la no intervención a la protección de los derechos humanos.** Foro Internacional, pp. 627-644, 2003. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/27739201?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 19 de maio de 2015.

VELASCO, Ana Covarrubias. **La política exterior de Calderón: objetivos y acciones.** Foro Internacional, Vol. 53, No. 3-4 (213-214) (Julio-Diciembre, 2013), pp. 455-482, 2013. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/23608712?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

WIKIPEDIA. **Guerra do Iraque.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Iraque. Acesso em: 17 de maio de 2015.

_____. **Revolução Cubana.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Cubana. Acesso em: 18 de maio de 2015.

_____c. **Embargo dos Estados Unidos a Cuba.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Embargo_dos_Estados_Unidos_a_Cuba. Acesso em: 18 de maio de 2015.